

# PREGÃO ELETRÔNICO 90062/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

160322

**OBJETO**

Aquisição de materiais de consumo para a do LAC Imunoquímica e Gasometria com cessão de equipamentos em comodato do Hospital Central do Exército

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 2.710.874,00

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

<https://www.gov.br/pt-br>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço item

**MODO DE DISPUTA:**

aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

Não



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
CML - 1ª RM  
**HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**  
**(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR –1769)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026**

## **Conteúdo**

<b>1. DO OBJETO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....</b>	<b>3</b>
<b>3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....</b>	<b>6</b>
<b>5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b> <b>.....</b>	<b>6</b>
<b>6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....</b>	<b>8</b>
<b>7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E</b> <b>FORMULAÇÃO DE LANCES.....</b>	<b>9</b>
<b>8. DA FASE DE JULGAMENTO.....</b>	<b>13</b>
<b>9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>10. DO TERMO DE CONTRATO.....</b>	<b>18</b>
<b>11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....</b>	<b>18</b>
<b>12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....</b>	<b>19</b>
<b>13. DOS RECURSOS.....</b>	<b>20</b>
<b>14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....</b>	<b>21</b>
<b>15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....</b>	<b>23</b>
<b>16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>24</b>

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 90062/2026**  
**Processo Administrativo n° 64574.009343/2026-65**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO, CNPJ 09.609.235/0001-50, por meio do(a) Planejamento e Integração da Contratação, sediado(a) FRANCISCO MANUEL, 126,PAVLH DIVISAO ADM, bairro BENFICA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20911270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de Reagentes Imunoquímica para o LAC do Hospital Central do Exército conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 1 (um) item isolado e 1 (um) grupo, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), , nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

item (ns) e/ou grupo (s).

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de

classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitem anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitem anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública

cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela

Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento



dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaohospitalcentral@gmail.com](mailto:licitacaohospitalcentral@gmail.com)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Termo de Ciência e concordância

**ELABORADO POR:**



Documento assinado digitalmente  
**CARLA DA CONCEICAO YAMAMOTO**  
Data: 08/06/2026 06:36:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CARLA DA CONCEIÇÃO YAMAMOTO – 2º Ten**

Adjunto da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

**CONFERIDO POR:**



Documento assinado digitalmente  
**JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO**  
Data: 09/06/2026 14:19:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO - Cel VTER**

Chefe da Seção de Planejamento e Integração da Contratação

**APROVADO POR:**

LUCIANO LUIZ  
GOULART SILVA  
DIAS:07752932701  
LUCIANO LUIZ **GOULART** SILVA DIAS - Cel

Assinado de forma digital por  
LUCIANO LUIZ GOULART  
SILVA DIAS:07752932701  
Dados: 2026.06.09 17:47:09  
-03'00'

Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas da Área Orçamentária,  
Financeira e Patrimonial

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: NOV/2025  
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.  
Código de Identificação Ger@AGU: ee03131780499632392

CGUTEC - Todos Direitos Reservados  
Versão 2.0.5

## HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

## Estudo Técnico Preliminar 32/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64574.009343/2026-65

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de material de consumo de **Imunoquímica e Gasometria** para o LAC HCE e OMS da 1ª RM que se manifestarem interessadas na IRP no presente processo licitatório, como Unidade Participante.

O laboratório de Análises Clínicas (LAC) do Hospital Central do Exército realiza os exames clínicos de todos os pacientes internados pelas diversas clínicas desta OMS. Os exames realizados estão divididos em 6 subsetores descritos a seguir: Bacteriologia, Bioquímica, Hematologia, Imunologia, Parasitologia e Uroanálise.

Os itens constantes no presente certame licitatório são necessários para a realização das atividades técnicas do subsetor de **Bioquímica, Imunologia e Gasometria** para atender a demanda das diversas clínicas e setores deste hospital.

Portanto, o não atendimento das demandas recebidas por este LAC poderá acarretar prejuízos ao bom andamento de todas as atividades a serem desempenhadas pelas clínicas e serviços do hospital que necessitem realizar exames clínicos em seus pacientes, podendo levar a não realização ou interrupções de procedimentos de urgência e emergência e tratamentos nesta OMS.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 84 da Lei no 14.133/2021, pode incluir a renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos termos do Enunciado no 42 do CJF.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório de Análises Clínicas	Hudson Gouveia Amstalden

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente objeto seja contratado e corretamente prestado, a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) seguir **os requisitos técnicos dos equipamentos e as obrigações da contratada estão descritos no anexo I (A)** deste setor requisitante, e outras, tais como:

- Insumos e reagentes devem ser entregues com validade de no mínimo 50% do total da validade de fábrica.
- Para os insumos deverão no ato da entrega, estar acompanhados do laudo de análise, para fins de cumprimento de exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), se for o caso.
- Em caso de proibição e/ou suspensão na fabricação, recolhimento de lotes pela ANVISA ou qualquer outro fato comprovado que prejudique a qualidade e segurança dos insumos, a contratada se responsabilizará pela troca dos itens bem como deverá manter um suporte técnico para orientação em caso de alterações físico-químicas e/ ou efeitos adversos relacionados aos produtos. No caso de impossibilidade de troca do produto a contratada deverá recolher o valor referente ao material recolhido por força de proibição ou suspensão da ANVISA por GRU (Guia de Recolhimento a União) no prazo máximo de 30 dias da retirada produto ou notificação da contratada para retirada do produto proibido ou suspenso.
- A contratada deverá ser responsável pela verificação com relação às capacidades da embalagem e seus múltiplos a fim de evitar o fracionamento bem como o preço dos itens que sofrerem deflação ou redução pelo governo, devendo entrar em contato imediato com o Setor de Licitações desta OMS, com o objetivo de dirimir as dúvidas e equacionar as pendências ou não conformidades, evitando assim atrasos no processo de liquidação das notas fiscais. Devendo ser respeitada as normas para embalagem, envase e fracionamento de cada produto.

- A contratada deverá ser responsável pela verificação com relação as capacidades da embalagem e seus múltiplos a fim de evitar o fracionamento bem como o preço dos itens que sofrerem deflação ou redução pelo governo, devendo entrar em contato imediato com o Setor de Licitações desta OMS, com o objetivo de dirimir as dúvidas e equacionar as pendências ou não conformidades, evitando assim atrasos no processo de liquidação das notas fiscais. Devendo ser respeitada as normas para embalagem e fracionamento de cada produto.
- A contratada é responsável pelo transporte adequado dos insumos, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares de cada item devendo, portanto se certificar de que os itens chegarão íntegros e mantendo preservadas as suas qualidades e segurança durante todo o transporte, e que poderá ser realizado por terceiros sem ônus para esta OMS por meio de empresas especializadas para esta finalidade. Não podendo ser realizado via correios uma vez que esta modalidade de entrega não garante as condições de acondicionamento dos medicamentos e podem gerar custos a esta OMS no que tange a possíveis devoluções.
- No ato de recebimento dos insumos pelo Depósito, é de responsabilidade da contratada realizar a entrega acompanhada da Nota Fiscal, Nota de Empenho e qualquer outro documento pertinente ao produto.
- O material deverá ser entregue na CAF do HCE das 07:00 às 12:00 h em dias úteis.
- O material deverá ser entregue com no mínimo 50% da data de validade total recomendada pelo fabricante .
- A Nota fiscal deverá conter: número da nota de empenho, descrição do produto, quantidade, lote, validade, apresentação e valor unitário conforme descrito no empenho bem como a natureza da operação como nota de vendas e CNPJ de acordo com a Nota de Empenho. Não serão aceitas notas fiscais que contenham apenas nome comercial ou marca, tendo a obrigatoriedade de constar a descrição dos princípios ativos ou substâncias conforme prevê o edital.
- Há necessidade de manutenção de telefones, endereços e correios eletrônicos atualizados, mesmo em tempos de crises ou pandemias.
- Quando o produto contratado não estiver disponível para entrega dentro do prazo legal de 30 dias após o recebimento do empenho, caberá a contratada comunicar a contratante para que a mesma possa viabilizar uma possível alternativa de substituição e controle de estoque.
- Caso haja alguma inconsistência entre a descrição do produto entregue com o descritivo do empenho caberá a contratada remeter a proposta ofertada no Comprasnet ,da ata de homologação e do empenho no ato da entrega.
- A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.
- Em considerando o objeto do presente estudo técnico, tal aquisição está consoante as determinações e diretrizes do Plano Diretor do Logística Sustentável do HCE, anexo ao presente estudo.

### Licitação e Registro de Preço

A aquisição de reagentes com cessão de equipamentos em comodato será realizada por meio de pregão eletrônico e processadas pelo sistema de registro de preço, conforme as modalidades previstas nas legislações vigentes, respeitando os princípios de transparência, economicidade e competição ampla, com previsão de entrega dos insumos.

II- A análise dos preços dos reagentes deverá ser realizada com base em comparações regionais e nacionais, utilizando plataformas como o “compras.gov.br” e observando a compatibilidade entre os materiais nacionais e importados.

## 5. Levantamento de Mercado

Para a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as opções disponíveis para o fornecimento de insumos e reagentes de uso específico em laboratório clínico.

A pesquisa contemplou:

As opções de mercado para os materiais de uso específico em laboratório clínico foram buscadas levando-se em consideração a experiência do corpo técnico altamente qualificado composto por oficiais farmacêuticos especialistas em laboratório clínico. Além disso, foi realizada a prospecção e análise das alternativas possíveis por meio de busca ativa de contratações similares em outros órgãos públicos da administração federal e diálogo transparente com as potenciais empresas a serem contratadas. Foram analisadas a existência de metodologias consagradas (padrão-ouro) ou possíveis inovações tecnológicas apresentadas em congressos científicos ou recomendadas pelas sociedades médicas ou farmacêuticas referências na área de análises clínicas como a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC) e a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial (SBPC/ML), considerando-se sempre as recomendações e registro/notificações de produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Os requisitos para a sua aquisição são técnicos e visam a cumprir com as exigências das Boas Práticas de Laboratório (BPL), RDC ANVISA nº **786/2023** (Dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC) e dá outras providências.) e demais legislações relacionadas à segurança em laboratórios clínicos. Para a continuidade da prestação do serviço de apoio ao diagnóstico laboratorial, identificamos as modalidades de aquisição de equipamentos e insumos para execução dos exames ou contratação por meio da modalidade de comodato, quando necessária à automação laboratorial, ou simplesmente a aquisição de insumos laboratoriais para realização de métodos manuais, quando não existe automação disponível ou quando a automação é inviável economicamente frente à demanda de exames.

O modelo de comodato encontra-se consagrado na administração pública como a forma mais vantajosa, pois à medida que o órgão ou entidade adquire apenas os insumos necessários para aquela demanda específica, a empresa contratada deve disponibilizar equipamentos atualizados tecnologicamente para o órgão contratante, além de ser responsável pelas atividades de treinamento de pessoal e manutenções preventivas e corretivas. Esse modelo de contratação no regime de comodato permite a constante atualização do parque tecnológico assim como redução de custos, pois se torna totalmente desnecessária a aquisição de equipamentos de alto custo, os quais em pouco tempo poderiam se tornar obsoletos tendo em vista, a constante evolução

científica e tecnológica no campo da medicina laboratorial. Contratações similares podem ser verificadas no Pannel de Preços/Comprasnet em diferentes órgãos da administração federal, muitos deles referências em suas áreas de atuação como INCA, Universidades federais, Marinha, Aeronáutica e outras Organizações Militares de Saúde do Exército Brasileiro.

Convém ressaltar a importância da automação laboratorial para garantia da qualidade e segurança dos resultados dos exames dos pacientes, além da redução de custos com pessoal e tempo de execução. A seguir são discriminadas as possíveis soluções para as diferentes Subseções Técnicas deste LAC.

Para a presente contratação, que tem por objeto o fornecimento de **REAGENTES PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**, foram analisadas as seguintes opções de aquisição:

- 1) Utilização da Ata de Registro de Preços (ARP) em vigor no próprio órgão;
- 2) Adesão a atas de registro de preços oriundas de licitações realizadas por outras Unidades Administrativas ou UASGs;
- 3) Realização de pregão eletrônico próprio, conduzido pelo próprio órgão contratante;
- 4) Dispensa de licitação, conforme previsto na legislação vigente.

No que tange à Solução 1, verificou-se que atualmente não há ata de registro de preços vigente no próprio órgão que contemple os itens necessários.

Em relação à Solução 2, a equipe de planejamento realizou uma pesquisa detalhada para identificar atas de registro de preços vigentes em outros órgãos e UASGs que pudessem atender à demanda. Contudo, constatou-se a inexistência de atas que contemplassem os itens específicos necessários para o Hospital Central do Exército, inviabilizando essa alternativa.

Quanto à Solução 3, a realização de um pregão eletrônico próprio foi considerada a alternativa mais viável para atender à demanda do Hospital Central do Exército. Essa modalidade de licitação permitirá a ampla concorrência, assegurando a obtenção do melhor preço e condições vantajosas para a Administração Pública. Além disso, o pregão eletrônico confere maior transparência ao processo, garantindo que a aquisição seja conduzida em conformidade com os princípios da economicidade, isonomia e eficiência.

Embora a tramitação do processo licitatório exija um prazo para elaboração do edital, publicação, realização da sessão pública e posterior homologação e assinatura do contrato, entende-se que tal medida proporciona maior segurança jurídica e competitividade, resultando em uma contratação mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a realização do pregão eletrônico é a solução mais adequada para suprir a presente demanda, assegurando a aquisição dos materiais necessários ao pleno funcionamento do Hospital Central do Exército, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública.

Tendo em vista a análise desta equipe de contratação, a solução 4, dispensa de licitação, não atende aos requisitos para esta contratação, visto que o valor estimado excede ao valor total da dispensa de licitação previsto em legislação vigente, tornando-se inviável a contratação por dispensa dos materiais nas quantidades solicitadas.

#### **Justificativa para a não aplicação de cota reservada para ME/EPP**

Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, a Administração entende que a aplicação de reserva de cota para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nesta licitação não é vantajosa para a Administração Pública e representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

O Hospital Central do Exército (HCE) é a maior unidade hospitalar militar da América Latina, com elevada capacidade de atendimento ambulatorial e emergencial. Por ser o último elo da cadeia de evacuação do Exército Brasileiro, o HCE precisa manter sua capacidade de pronta resposta às demandas oriundas de todas as regiões do país, inclusive em situações emergenciais, e garantir o fornecimento de medicamentos e insumos essenciais.

As aquisições, realizadas por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), são planejadas com base em estimativas de consumo para 12 meses. A divisão do fornecimento por cota reservada traria diversos impactos negativos, tais como: Maior complexidade no controle de estoque, com a necessidade de gerir diferentes marcas e preços para um mesmo item, elevando custos logísticos e administrativos; Dificuldades na imputação de custos na conta médica do paciente, em razão de variação de valores para itens equivalentes; Comprometimento dos protocolos médicos padronizados, com prejuízo à uniformidade, segurança e eficiência no atendimento; Aumento no tempo de procedimentos e internações, com possível impacto negativo à saúde dos usuários; Maior risco de itens desertos, conforme demonstrado em aquisições anteriores, elevando a probabilidade de desabastecimento de itens críticos.

Diante do exposto, esta Administração justifica a não aplicação da cota reservada, com fundamento jurídico e técnico, reafirmando que a medida não atende ao interesse público e comprometeria a eficiência da contratação, conforme previsto no art. 49, III, da LC 123/2006, e art. 10, II, do Decreto 8.538 /2015.

#### **Das exigências de habilitação**

Considerando a essencialidade dos itens objeto da presente contratação, entende-se indispensável a adoção de critérios mínimos de qualificação técnica e econômico-financeira das licitantes, com o objetivo de mitigar riscos à execução contratual. A exigência de comprovação de experiência anterior com fornecimento de medicamentos compatíveis tem por finalidade garantir que os proponentes tenham capacidade técnica mínima para assegurar a entrega contínua e tempestiva de insumos críticos ao atendimento assistencial das unidades de saúde.

Da mesma forma, a exigência de patrimônio líquido mínimo busca resguardar a Administração contra potenciais riscos de inadimplemento contratual, tendo em vista o alto valor global da contratação e o impacto que a interrupção no fornecimento dos medicamentos pode gerar para os usuários atendidos pelo Sistema SAMMEDD/FUSEX.

Ambas as exigências estão em consonância com o art. 67, II, e art. 69 da Lei nº 14.133/2021, e com o entendimento do Tribunal de Contas da União, especialmente o Acórdão nº 1321/2020 - Plenário, que estabelece a necessidade de proporcionalidade e fundamentação técnica para a imposição de requisitos dessa natureza, evitando restrições indevidas à competitividade. A adoção desses critérios visa, portanto, garantir a seleção de fornecedores aptos a cumprir integralmente o objeto, conforme o interesse público.

#### **Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e Intenção de Registro de Preços (IRP)**

Considerando que os materiais de consumo de **Imunoquímica e Gasometria**, descritos neste Estudo Técnico Preliminar são de uso contínuo e padronizado pelo Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Central do Exército, com demandas recorrentes, porém de quantitativos variáveis, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, que prevê a utilização do SRP “quando, pela natureza do objeto, houver necessidade frequente, mas de quantitativo incerto, de bens ou serviços”.

O SRP permitirá a realização de uma única licitação para o registro formal de preços, possibilitando aquisições conforme a necessidade, assegurando a economicidade, a eficiência administrativa e a continuidade do atendimento laboratorial, evitando desabastecimento e a formação de estoques desnecessários.

A abertura de IRP, possibilita a participação de outros órgãos ou entidades que tenham interesse em adquirir o mesmo objeto. A consolidação da demanda de reagentes laboratoriais por meio de IRP permite maior poder de negociação junto aos fornecedores, possibilitando a obtenção de preços unitários mais vantajosos e descontos decorrentes do aumento do volume global.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A realização dos exames deverá ser realizada nas dependências do LAC – HCE e a(s) empresa(s) vencedor(a) deverá(ão) fornecer reagentes para a realização dos exames constantes neste certame, bem como materiais de consumo, tais como: impressora, no break, cartucho de tinta, papel, ponteiros, tubos, acessórios (líquidos de lavagem, substrato, cubetas), diluentes, calibradores e controles comerciais apropriados recomendados pelo fabricante.

Também deverá(ão) fornecer o(s) equipamento(s) que atendam os requisitos técnicos descritos no **anexo I (A), em regime de comodato**.

Em relação a avaliação entre adquirir um equipamento ou aderir ao regime de comodato, consideramos que o sistema de comodato é mais vantajoso para a administração, tendo em vista que frequentemente são lançados novos equipamentos no mercado com tecnologias avançadas e resultados mais precisos. A aquisição de equipamentos de tamanha robustez nos limitaria a permanecer com a mesma tecnologia por muitos anos, impedindo uma rápida adaptação do laboratório aos avanços tecnológicos. Além disso, a aquisição não contempla a manutenção do equipamento e assessoria científica por tempo indeterminado sendo necessário a contratação destes serviços para cada equipamento adquirido e pode até levar ao direcionamento do produto a ser adquirido devido a especificidade do reagente a ser utilizado no equipamento.

No regime de comodato a assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva e treinamento dos operadores são obrigações contratuais das empresas enquanto o equipamento estiver nas instalações do cliente, visto que somente seus técnicos e assessores científicos tem autorização e conhecimento técnico para realizar as manutenções corretivas e treinamentos de usuários, ou seja, não configura prestação de serviço preponderante, pois as obrigações citadas são de **caráter esporádico**, se necessário, e tampouco altera o valor do material de consumo cotado, pois os lances, pareceres e homologações se darão tomando-se por base estritamente o material de consumo a ser analisado sem adicionar qualquer valor relacionado com manutenções, treinamentos ou fornecimento de acessórios imprescindíveis para a realização dos exames.

O material deverá ser entregue com no mínimo 50% da data de validade total recomendada pelo fabricante.

A Nota fiscal deverá conter: número da nota de empenho, descrição do produto, quantidade, lote, validade, apresentação e valor unitário conforme descrito no empenho bem como a natureza da operação como nota de vendas e CNPJ de acordo com a Nota de Empenho.

Não serão aceitas notas fiscais que contenham apenas nome comercial ou marca, tendo a obrigatoriedade de constar a descrição dos princípios ativos ou substâncias conforme prevê o edital.

Há necessidade de manutenção de telefones, endereços e correios eletrônicos atualizados, mesmo em tempos de crises ou pandemias.

Quando o produto contratado não estiver disponível para entrega dentro do prazo legal de 30 dias após o recebimento do empenho, caberá a contratada comunicar a contratante para que a mesma possa viabilizar uma possível alternativa de substituição e controle de estoque.

Caso haja alguma inconsistência entre a descrição do produto entregue com o descritivo do empenho caberá a contratada remeter a proposta ofertada no Comprasnet, da ata de homologação e do empenho no ato da entrega. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União.

Em considerando o objeto do presente estudo técnico, tal aquisição está consoante as determinações e diretrizes do Plano Diretor do Logística Sustentável do HCE, anexo ao presente estudo.

A presente contratação de insumos e reagentes para análises clínicas justifica-se pela necessidade primordial de manutenção das atividades diagnósticas desta instituição. Ademais, o planejamento desta aquisição pauta-se rigorosamente pelo princípio do desenvolvimento nacional sustentável, conforme mandamento do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e pelas diretrizes técnicas estabelecidas no **Tópico 8 - do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU** (Aquisição de Medicamentos, Insumos Hospitalares, Materiais para a Área de Saúde, Material de Limpeza, Higiene e Cosméticos), entre eles, destacam:

**Biodegradabilidade e Baixa Toxicidade:** Preferência por insumos e kits analíticos cujas formulações priorizem compostos biodegradáveis, livres de metais pesados ou substâncias altamente persistentes e bioacumuláveis, reduzindo a carga poluente nos efluentes gerados pelo laboratório.

**Regularidade Sanitária:** Exigência de Registro ou Cadastro ativo na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para todos os reagentes e insumos aplicáveis, assegurando a eficácia e a segurança biológica dos produtos comercializados.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 84 da Lei no 14.133/2021, pode incluir a **renovação dos quantitativos originalmente registrados**, nos termos do Enunciado no 42 do CJF.

É crucial destacar que tais materiais têm um impacto direto na qualidade da assistência médica prestada aos pacientes, tanto em ambulatórios quanto em casos de internação e recuperação intensiva. Além disso, para assegurar a excelência nas atividades de saúde, é imperativo manter a continuidade na aquisição desses insumos.

Em suma, a possibilidade de prorrogação oferece uma solução eficaz para garantir um suprimento estável e adequado desses materiais, contribuindo diretamente para a excelência no atendimento médico oferecido.

Por fim, registra-se que a prorrogação do contrato de fornecimento contínuo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, Ordenador de Despesas, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas baseiam-se no consumo médio ajustado (nível mínimo), utilizando relatórios de realização de exames do Complab, relatórios de consumo dos equipamentos e de movimentação dos insumos, levando-se em consideração possíveis demandas reprimidas por falta do item em um determinado período, eventual aumento de demanda devido a epidemias e pandemias, como as ocorridas nos últimos anos (Covid-19, Influenza A e B, Dengue e Arboviroses e surtos bacterianos) e flutuações sazonais de aumento ou redução da utilização entre outras ferramentas que melhor puderem ser aplicadas conforme anexos **(ANEXO III (C) - Série Histórica)**.

Neste sentido é impossível definir com exatidão o número de pacientes a serem atendidos nos próximos meses. As aquisições dos materiais são realizadas mensalmente de forma a atender a validade temporal de alguns dos materiais e ajustar a quantidade à demanda. Existe ainda a possibilidade de entregas parceladas que possibilitam adequar o recebimento de insumos aos espaços físicos de estocagem de material comum e refrigerado.

O quantitativo previsto foi estimado a partir do número de exames anuais de cada Subseção técnica, extraídos do Sistema de Informação Laboratorial atualmente utilizado pelo LAC HCE, acrescido de 25 a 30% para compensação de aumento de demanda durante o ano, controles, calibrações, reanálises e diluições.

I - Os itens pertencentes aos grupos deverão ser fornecidos por um único fornecedor, objetivando evitar a impossibilidade de realização do procedimento por incompatibilidade dos reagentes em um determinado equipamento.

II - No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente contratado.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.887.362,06

O valor estimado da contratação é de: **R\$ 1.887.362,06 (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e seis centavos)**, conforme Relatório da Pesquisa de Preços acostada no processo. Foi elaborada uma pesquisa de preço com, no mínimo, 3 (três) preços, à luz da

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, realizada pelo LAC do HCE. Os preços apresentados pela pesquisa de mercado refletem os preços praticados no mercado para itens de qualidade razoável, mas que atendem a necessidade da Unidade de maneira geral. Essa análise foi realizada observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Outrossim, indica-se que o objeto a da presente contratação não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, normatizado pela Portaria SEGES /ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. As pesquisas foram realizadas de forma a não tender soluções, evitando preços exagerados, mas mantendo as características fundamentais para obtenção correta dos materiais em questão. As quantidades estão descritas em anexo.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme legislação, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O disposto é aplicável na presente demanda, com formação de grupos. Não é tecnicamente viável dividir todo objeto do presente certame licitatório em vários itens distintos, sem que haja um grande risco de não funcionar a solução desejada, pois um mesmo equipamento pode realizar diferentes exames. Para obter-se a solução desejada, dividiu-se a solução em **um grupo e um item avulso de acordo com a natureza dos exames a serem realizados (Grupo 1: Imunoquímica - Anexo II (B))**

O equipamento e os itens que compõe cada grupo deverão ser do mesmo fabricante para garantir a homogeneidade dos produtos, sem que haja prejuízo ou comprometimento para o conjunto dos itens que serão entregues, favorece a multiplicação de oportunidades de concorrentes, possibilitando que o licitante encontre, entre várias propostas, a mais vantajosa, garantindo a igualdade de oportunidades entre os interessados em contratar com a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os fornecedores vencedores do certame deverão fornecer, juntamente com os reagentes adquiridos, todos os equipamentos indispensáveis à sua correta utilização, em regime de comodato, em conformidade com as necessidades e exigências dos procedimentos realizados no LAC. O cumprimento dessas exigências será condição essencial para a efetivação do fornecimento e para a adequação dos materiais às especificidades das atividades laboratoriais.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição descrita neste estudo técnico preliminar encontra-se alinhada às necessidades previstas no plano de contratações anual desta organização militar de saúde. Tal demanda é justificada pela utilização recorrente desses reagentes, que são essenciais para a continuidade e qualidade do atendimento emergencial hospitalar. A constante demanda por esses insumos reflete a importância da sua disponibilização ininterrupta, garantindo assim a eficácia no atendimento médico e a preservação da saúde dos pacientes. Dessa forma, a aquisição dos referidos materiais é imprescindível para a manutenção da operacionalidade da instituição, bem como para a efetivação de sua missão no atendimento de urgências, emergências, internações e ambulatorial.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos materiais relacionados neste Estudo Técnico Preliminar visa permitir a realização das atividades de diagnóstico laboratorial na fase analítica e pré-analítica, atividade fim do LAC do HCE. Com a aquisição, pretende-se disponibilizar à família militar exames laboratoriais de elevado padrão de qualidade e segurança conforme as recomendações das Boas Práticas de Laboratório (BPL), Ministério da Saúde, ANVISA, Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC) e Sociedade Brasileira de Medicina Laboratorial/Patologia Clínica (SBPC/ML), nas especialidades de bacteriologia clínica, micologia clínica, parasitologia clínica, urinálise, hematologia clínica, imunologia clínica, hormônios, marcadores tumorais, bioquímica clínica e laboratório clínico de emergência hospitalar.

A aquisição por meio de Pregão Eletrônico reforça o compromisso com a eficiência administrativa e operacional, assegurando que este nosocômio mantenha sua capacidade plena de funcionamento. Assim, os insumos contratados permitirão que a instituição continue prestando serviços de saúde em conformidade com os padrões técnicos e operacionais exigidos, garantindo um atendimento médico-hospitalar seguro, eficaz e alinhado às necessidades dos pacientes.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a aquisição dos materiais objetos deste Estudo Técnico Preliminar não há necessidade de realização de obras de adequação, nem capacitação de pessoal, pois existem laboratórios adequados e suficientes, além de corpo técnico altamente qualificado.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

No que se refere ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá observar rigorosamente as disposições estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), elaborado por esta Organização Militar de Saúde (OMS), garantindo a conformidade com os parâmetros e normas vigentes.

Adicionalmente, a contratada deverá atender às diretrizes previstas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e ao respectivo Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a gestão integrada de resíduos sólidos. É também indispensável a observância à Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, e à Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece os requisitos de boas práticas de gerenciamento para esses resíduos.

O cumprimento dessas normas abrange todas as etapas do gerenciamento de resíduos, desde a segregação na origem, acondicionamento, identificação, coleta, transporte, armazenamento temporário, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, visando minimizar os impactos ambientais, proteger a saúde pública e garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos.

Além disso, a contratada deverá assegurar que todos os procedimentos relacionados ao manejo de resíduos estejam alinhados às melhores práticas, com a adoção de medidas preventivas e corretivas para evitar riscos de contaminação ambiental e à saúde humana. Será de responsabilidade da contratada a capacitação de seus funcionários para o adequado manuseio dos resíduos, em conformidade com o PGRSS e as legislações correlatas, promovendo a conscientização ambiental e garantindo a aplicação de técnicas que atendam aos mais elevados padrões de qualidade e segurança.

O não cumprimento das disposições legais e regulamentares relacionadas ao gerenciamento de resíduos será passível de aplicação de sanções administrativas, previstas no contrato, bem como de medidas adicionais previstas na legislação aplicável. Dessa forma, o compromisso com a gestão ambientalmente responsável será condição indispensável para a execução do contrato, reforçando a importância do desenvolvimento sustentável e da proteção da saúde pública e do meio ambiente.

A aquisição descrita neste estudo encontra-se de acordo com o plano diretor de logística sustentável anexado a este estudo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE em harmonia com a Instrução Normativa Seges nº 58, de 8 de agosto de 2022, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui que, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento aos requisitos listados RECOMENDAMOS o prosseguimento do processo de LICITAÇÃO não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente aquisição no formato indicado.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HUDSON GOUVEIA AMSTALDEN**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 21:25:42.

**VIVIANE ARANTES PERRUT**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 21:40:21.*

**SUELEN ORTMAN GUSMAO FREITAS**

Adj ao LAC



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 21:58:09.*

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Termo de Referência 133/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
133/2026	160322-HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	HUDSON GOUVEIA AMSTALDEN	23/06/2026 22:05 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64574.009343/2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

Lei 14.133, de 1º de abril de 2021

COMPRA, INCLUSIVE POR ENCOMENDA: MATERIAL DE CONSUMO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITOS

(Hospital Real Militar e Ultramar - 1769)

Processo Administrativo n. 64574.009343/2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para a **Imunoquímica e Gasometria com cessão de equipamentos em comodato** do LAC do Hospital Central do Exército, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 1 - IMUNOQUÍMICA (Itens 1 ao 69)							
Item CATMAT	Descritivo	Apresentação	Qtd HCE	Qtd HG	Qtd Total	Valor Unitário	Valor Total

Reagente para diagnóstico  
clínico 5, tipo: conjunto  
completo para automação,

1	331748	tipo de análise: quantitativo de Ácido úrico, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	4.000	1.200	5.200	R\$ 2,40	R\$ 12.480,00
2	331742	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Albumina, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	12.000	2.800	14.800	R\$ 2,46	R\$ 36.408,00
3	331734	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Amilase, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	3.500	3.500	7.000	R\$ 2,25	R\$ 15.750,00
4	336253	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Bilirrubina direta, Método: Fotométrico De Ponto Final	Teste	7.000	3.700	10.700	R\$ 1,36	R\$ 14.552,00
		Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de						

5	336250	análise: quantitativo de Bilirrubina total, Método: Fotométrico De Ponto Final	Teste	7.000	3.700	10.700	R\$ 1,32	R\$ 14.124,00
6	331741	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Cálcio, Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	12.000	4.600	16.600	R\$ 2,14	R\$ 35.524,00
7	360111	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Cloretos, Método: Potenciometria	Teste	8.000	0	8.000	R\$ 2,02	R\$ 16.160,00
8	331732	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Colesterol total, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	2.000	0	2.000	R\$ 1,75	R\$ 3.500,00
9	333453	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Creatinofosfoquinase (cpk), Método: Cinético	Teste	3.000	2.300	5.300	R\$ 1,88	R\$ 9.964,00

Colorimétrico De Ponto  
Final

10	333334	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Creatinina, Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	35.000	12.100	47.100	R\$ 1,69	R\$ 79.599,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	--------	--------	--------	----------	---------------

11	331739	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Ferro, Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	3.000	0	3.000	R\$ 1,99	R\$ 5.970,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	--------------

12	331735	tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Fosfatase alcalina, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	6.000	3.800	9.800	R\$ 1,43	R\$ 14.014,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------	----------	---------------

13	331740	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise:	Teste	8.500	3.700	12.200	R\$ 2,29	R\$ 27.938,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	--------	----------	---------------

quantitativo de Fósforo,  
Método: Colorimétrico De  
Ponto Final

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise:						
14	331737	quantitativo de Gama glutamil transferase (GGT), Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	6.000	3.700	9.700	R\$ 1,87	R\$ 18.139,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise:						
15	331408	quantitativo de Glicose, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	13.000	6.700	19.700	R\$ 1,51	R\$ 29.747,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise:						
16	331754	quantitativo de Hdl- Colesterol, Método: Direto	Teste	2.000	0	2.000	R\$ 3,51	R\$ 7.020,00

Reagente para diagnóstico

		clínico 5, tipo: conjunto completo para automação,						
17	368924	tipo de análise: quantitativo de Lactato, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	10.000	0	10.000	R\$ 4,00	R\$ 40.000,00

		Reagente para diagnóstico clínico 1, tipo: conjunto completo para automação,						
18	416748	tipo de análise: quantitativo de Desidrogenase láctica (LDH), Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	4.000	2.100	6.100	R\$ 2,38	R\$ 14.518,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação,						
19	331744	tipo de análise: quantitativo de Lipase, Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	3.500	3.200	6.700	R\$ 2,25	R\$ 15.075,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação,						
20	380742	tipo de análise: quantitativo de Lítio , Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	500	0	500	R\$ 11,74	R\$ 5.870,00

Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Magnésio,



21	331738	Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	18.000	4.450	22.450	R\$ 2,02	R\$ 45.349,00
22	334490	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Potássio	Teste	35.000	10.700	45.700	R\$ 1,61	R\$ 73.577,00
23	350233	Reagente para diagnóstico clínico 7., tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Proteína total, Método: Colorimétrico De Ponto Final	Teste	11.000	2.300	13.300	R\$ 2,03	R\$ 26.999,00
24	390043	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Proteínas no líquido e urina, Método: Turbidimetria	Teste	1.500	0	1.500	R\$ 1,93	R\$ 2.895,00
25	331751	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Sódio	Teste	35.000	10.700	45.700	R\$ 1,90	R\$ 86.830,00

Reagente para diagnóstico

26	331746	clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de AST/TGO, Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final	Teste	8.000	4.500	12.500	R\$ 1,82	R\$ 22.750,00
----	--------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	--------	----------	---------------

27	331747	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ALT/TGP, Método: Cinético Colorimétrico De Ponto Final	Teste	8.000	4.500	12.500	R\$ 1,44	R\$ 18.000,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	--------	----------	---------------

28	332710	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Transferrina, Método: Turbidimetria	Teste	2.000	0	2.000	R\$ 6,60	R\$ 13.200,00
----	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	---------------

29	331733	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Triglicerídeos, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	1.500	0	1.500	R\$ 1,70	R\$ 2.550,00
----	--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	--------------

Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação,

30	331749	tipo de análise: quantitativo de Uréia, Método: Enzimático Colorimétrico De Ponto Final	Teste	35.000	12.500	47.500	R\$ 1,80	R\$ 85.500,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	--------	--------	--------	----------	---------------

31	339049	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti rubéola vírus igg , método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 13,95	R\$ 8.370,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	--------------	--------------

32	339050	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti rubéola vírus igm, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 14,62	R\$ 8.772,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	--------------	--------------

33	356308	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti citomegalovírus igg, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 14,67	R\$ 8.802,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	--------------	--------------

Reagente para diagnóstico  
clínico 6, tipo: conjunto  
completo para automação,

34	356309	tipo de análise: quantitativo de anti citomegalovírus igm, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 15,31	R\$ 9.186,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	--------------	--------------

		Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação,						
35	356312	tipo de análise: quantitativo de anti toxoplasma gondii igg, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 14,68	R\$ 8.808,00

		Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação,						
36	356313	tipo de análise: quantitativo de anti toxoplasma gondii igm, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 14,00	R\$ 8.400,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação,						
37	352403	tipo de análise: quantitativo de anti-hav igm, método: quimioluminescência	Teste	500	0	500	R\$ 14,33	R\$ 7.165,00

		Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise:						
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--

R\$

38	352417	quantitativo de anti-hav total, método: quimioluminescência	Teste	500	0	500	16,64	R\$ 8.320,00
39	352205	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de hbsag, método: quimioluminescência	Teste	1.100	0	1.100	R\$ 10,54	R\$ 11.594,00
40	352404	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti-hbc igm, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 13,68	R\$ 8.208,00
41	400314	Reagente para diagnóstico clínico 7, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: qualitativo anti hbc total, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 10,18	R\$ 6.108,00
42	400448	Reagente para diagnóstico clínico 4, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti hbs, método: quimioluminescência	Teste	1.200	0	1.200	R\$ 11,32	R\$ 13.584,00

43	352207	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de anti-hcv, método: quimioluminescência	Teste	1.200	0	1.200	R\$ 11,70	R\$ 14.040,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	-----------	---------------

44	351672	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de hiv i e ii, método: quimioluminescência	Teste	1.500	0	1.500	R\$ 13,61	R\$ 20.415,00
----	--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	-----------	---------------

45	357268	automação, tipo de análise: quantitativo de anti treponema pallidum igg e igm, método: quimioluminescência	Teste	2.000	0	2.000	R\$ 11,41	R\$ 22.820,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	-----------	---------------

46	467290	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7. Tipo: Conjunto Completo Para Automação.Tipo De Análise: Qualitativo Antígeno Coronavírus Covid-19. Método: Imunoensaio Fluorescente. Descrição Complementar: Para automação tipo quantitativo	Teste	1.000	0	1.000	R\$ 44,89	R\$ 44.890,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	-----------	---------------

47	357104	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ácido fólico, método: quimioluminescência	Teste	700	0	700	R\$ 10,80	R\$ 7.560,00
48	378028	Reagente para diagnóstico clínico 7, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de alfa fetoproteína, método: eletroquimioluminescência	Teste	500	0	500	R\$ 13,21	R\$ 6.605,00
49	378025	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ck-mb, método: eletroquimioluminescência	Teste	500	3.000	3.500	R\$ 11,10	R\$ 38.850,00
50	400446	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de mioglobina, método: quimioluminescência	Teste	400	3.000	3.400	R\$ 13,67	R\$ 46.478,00

51	400449	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de troponina I, método: quimioluminescência	Teste	1.000	3.000	4.000	R\$ 12,98	R\$ 51.920,00
----	--------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-----------	---------------

52	352489	Reagente para diagnóstico clínico 7, tipo conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de NT PROBNP ou BNP, Método Imunofluorescência	Teste	1.000	3.000	4.000	R\$ 46,36	R\$ 185.440,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-----------	----------------

53	389758	Reagente para diagnóstico clínico 3, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ca 125, método: quimioluminescência	Teste	800	0	800	R\$ 14,66	R\$ 11.728,00
----	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	---------------

54	360109	Reagente para diagnóstico clínico 3, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ca 15.3, método: quimioluminescência	Teste	800	0	800	R\$ 15,83	R\$ 12.664,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	---------------

55	382633	Reagente para diagnóstico clínico 3, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ca 19.9,	Teste	800	0	800	R\$ 15,28	R\$ 12.224,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	---------------



método:  
quimioluminescência

56	356318	automação, tipo de análise: quantitativo de cea, método: quimioluminescência	Teste	900	0	900	R\$ 12,85	R\$ 11.565,00
----	--------	---------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	--------------	---------------

57	340708	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de ferritina, método: quimioluminescência	Teste	1.000	0	1.000	R\$ 9,50	R\$ 9.500,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	--------------

58	349473	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de cianocobalamina, método: quimioluminescência	Teste	1.000	0	1.000	R\$ 10,40	R\$ 10.400,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	--------------	---------------

59	340709	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo do hormônio tireoestimulante (tsh), método: quimioluminescência	Teste	2.500	0	2.500	R\$ 5,93	R\$ 14.825,00
----	--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	---------------

60	340715	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de psa livre, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 11,42	R\$ 6.852,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	--------------

61	340716	Reagente para diagnóstico clínico 6, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de psa total, método: quimioluminescência	Teste	600	0	600	R\$ 10,35	R\$ 6.210,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	--------------

62	356507	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de triiodotironina total (t3), método: quimioluminescência	Teste	800	0	800	R\$ 7,76	R\$ 6.208,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	----------	--------------

63	340722	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de tiroxina livre (t4), método: quimioluminescência	Teste	2.500	0	2.500	R\$ 6,00	R\$ 15.000,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	---	-------	----------	---------------

64	350502	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de tiroxina total (t4), método: quimioluminescência	Teste	700	0	700	R\$ 6,83	R\$ 4.781,00
----	--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	----------	--------------

65	349474	Reagente para diagnóstico clínico 7, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de paratormônio, método: quimioluminescência	Teste	500	0	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
----	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	---------------

66	437084	Reagente para diagnóstico clínico 1, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de procalcitonina , Método: Eletroquimioluminescência	Teste	3.000	3.000	6.000	R\$ 57,00	R\$ 342.000,00
----	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-----------	----------------

67	416886	Reagente para diagnóstico clínico 1, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Vancomicina, Método: Imunoensaio Por Fluorescência Polarizada	Teste	700	0	700	R\$ 22,34	R\$ 15.638,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	---	-----	-----------	---------------

68	357105	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de Proteína "c" reativa (PCR), Método: Quimioluminescência	Teste	30.000	11.800	41.800	R\$ 7,35	R\$ 307.230,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	--------	--------	--------	----------	----------------

69	357109	Reagente para diagnóstico clínico 5, tipo: conjunto completo para automação, tipo de análise: quantitativo de beta hcg, método: quimioluminescência	Teste	700	500	1.200	R\$ 8,76	R\$ 10.512,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-----	-----	-------	----------	---------------

**TOTAL GRUPO 1** **R\$ 2.147.674,00**

## ITENS AVULSOS (Item 70) – GASOMETRIA

70	357764	Reagente para diagnóstico clínico 3, Tipo: Conjunto completo para automação, Tipo de análise: quantitativo para gasoemtria, Apresentação: Teste, Composição Básica: PH, PCO2, PO2, NA+, K+, CA++, Outros componentes: Glicose, Lactato, O2HB, HHB, COHB, METHB, THB, HCT e Bilirrubina.	Teste	28.000	7.200	35.200	R\$ 16,00	R\$ 563.200,00
----	--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	--------	-------	--------	-----------	----------------

**TOTAL GERAL** **2.710.874,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, possuindo padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme as diretrizes do Decreto nº 10.818/2021, tratando-se de insumos essenciais à manutenção da vida e à recuperação da saúde dos pacientes.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A formalização das contratações observará o **regime de comodato dos equipamentos**, conforme a natureza do fornecimento:

- **1.5.1. Para os equipamentos cedidos (Imunoquímica e Gasometria):** Assinatura de **Termo de Contrato de Comodato** específico, a fim de formalizar a responsabilidade pela guarda, manutenção e integridade dos bens de terceiros sob custódia da Administração.

1.6. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 2.710.874,00 (dois milhões, setecentos e dez mil, oitocentos e setenta e quatro reais)**, conforme mapa comparativo de preços anexo.

1.7. Conforme o Art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2025, poderão ser acrescidos ou suprimidos até 25% do quantitativo original registrado em ata de registro de preços unilateralmente pela administração pública.

1.8. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, através do Eletrônico Sistema de Registro de Preços (SRP) com a abertura da Intenção de Registro de Preços (IRP), possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades que tenham interesse em adquirir o mesmo objeto.

1.9. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se no art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462 /2023, considerando que a demanda dos reagentes objeto desta contratação está diretamente relacionada às necessidades assistenciais dos pacientes atendidos por esta Organização Militar de Saúde, as quais apresentam caráter variável e imprevisível.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este processo, que demonstra a indispensabilidade dos reagentes para a manutenção dos procedimentos do Laboratório de Análises Clínicas.

2.2. O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (**PCA**) de 2026, estando em total consonância com as diretrizes de governança e o planejamento estratégico desta Organização Militar de Saúde.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência, abrangendo o fornecimento de materiais de consumo para o Laboratório de Análises Clínicas (LAC).

3.2 A realização dos exames deverá ser realizada nas dependências do LAC – HCE e a(s) empresa(s) vencedor(a) deverá(ão) fornecer reagentes para a realização dos exames constantes neste certame, bem como materiais de consumo, tais como: impressora, no break, cartucho de tinta, papel, ponteiros, tubos, acessórios (líquidos de lavagem, substrato, cubetas), diluentes, calibradores e controles comerciais apropriados recomendados pelo fabricante

3.3 Também deverá(ão) fornecer o(s) equipamento(s) que atendam os requisitos técnicos descritos **conforme item 3.6**, em regime de comodato.

3.4 Em relação a avaliação entre adquirir um equipamento ou aderir ao regime de comodato, consideramos que o sistema de comodato é mais vantajoso para a administração, tendo em vista que frequentemente são lançados novos equipamentos no mercado com tecnologias avançadas e resultados mais precisos. A aquisição de equipamentos de tamanha robustez nos limitaria a permanecer com a mesma tecnologia por muitos anos, impedindo uma rápida adaptação do laboratório aos avanços tecnológicos. Além disso, a aquisição não contempla a manutenção do equipamento e assessoria científica por tempo indeterminado sendo necessário a contratação destes serviços para cada equipamento adquirido e pode até levar ao direcionamento do produto a ser adquirido devido a especificidade do reagente a ser utilizado no equipamento.

3.5 No regime de comodato a assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva e treinamento dos operadores são obrigações contratuais das empresas enquanto o equipamento estiver nas instalações do cliente, visto que somente seus técnicos e assessores científicos tem autorização e conhecimento técnico para realizar as manutenções corretivas e treinamentos de usuários, ou seja, não configura prestação de serviço preponderante, pois as obrigações citadas são de , se necessário, e caráter esporádico tampouco altera o valor do material de consumo cotado, pois os lances, pareceres e homologações se darão tomando-se por base estritamente o material de consumo a ser analisado sem adicionar qualquer valor relacionado com manutenções, treinamentos ou fornecimento de acessórios imprescindíveis para a realização dos exames.

### 3.6 Descritivos Técnicos Equipamentos Comodato

Após a publicação do edital, é recomendado aos fornecedores, visitar o local de instalação dos equipamentos, para ciência de possíveis adequações, tamanho de equipamentos e espaço físico do LAC e unidades de internação.

#### 3.6.1 GRUPO 01 – IMUNOQUÍMICA

A empresa vencedora disponibilizará para uso um total de 2 (dois) equipamentos, que irão compor um sistema integrado para realização de exames de imunologia / hormônios e bioquímica (**itens 1 ao 69**), na modalidade de comodato.

Se houver discrepância entre o número do CATMAT e a descrição do item, a descrição detalhada deverá prevalecer.

Equipamentos para o setor de Imunoquímica do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Central do Exército:

**Equipamento 1 (Integrado, principal):** O equipamento deverá:

- Ser totalmente automatizado, possuir sistema randômico, com sistema de identificação de posição de reagentes e amostras por código de barras.
- Fazer checagem automática de hemólise, icterícia e turbidez.
- Utilização de tubos primários e suporte especial para microtubos para amostras de pequeno volume (exemplo: amostras pediátricas).
- Processar diferentes tipos de amostras, tais como soro, plasma, sangue total, líquido, urina e outros líquidos biológicos.
- Apresentar repetição automática das amostras com possibilidade de programação dos parâmetros de repetição.
- Diluição automática de amostras. A pipetagem das amostras, cálculos e emissão de resultados deverão ser totalmente automatizados.
- Liberar os tubos de amostras durante o processamento das mesmas.
- Ter a velocidade de no mínimo 900 testes/hora com ISE, podendo utilizar as metodologias de reflectometria, diferença de potencial, quimioluminescência e/ou eletroquimioluminescência, imunoturbidimetria, imunoenzimático, ISE, absorbância, colorimetria e/ou fotometria.
- Os reagentes deverão ser preferencialmente do mesmo fabricante, podendo ser de outra marca/fabricante, para canal aberto, desde que aprovados pela equipe técnica.
- Possuir sistema de controle de qualidade utilizando regras de Westgard e ferramentas de análise como, por exemplo, gráfico de Levey-Jennings, cálculo das médias, desvios padrões e coeficientes de variação das determinações com possibilidade de visualização em tela assim como de impressão.
- Possuir com ferramenta para armazenamento dos resultados de pacientes e armazenamento dos dados referentes às calibrações e ao controle de qualidade interno.
- Repassar prontamente ao setor do LAC/HCE (“upgrade” automático), as atualizações das versões do equipamento/software.

Devido à qualidade da água e tubulações das instalações do LAC/HCE, para os equipamentos que utilizem alimentação externa de água o licitante vencedor deverá:

Instalar e fazer a manutenção (inclusive troca periódica dos elementos filtrantes) de um sistema de purificação da água, garantindo o abastecimento de água segundo as normas do “Clinical Laboratory Standards Institute (CLSI)” para obtenção de água reagente (CLRW – Clinical Laboratory Reagent Water) e de acordo com as especificações do sistema.

- Fazer o controle da qualidade do sistema de água, com periodicidade de acordo com as normas do “Clinical Laboratory Standards Institute (CLSI)”, não podendo ser superior ao preconizado por estas normas.
- Disponibilizar os registros do controle da qualidade

Quanto ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos e /ou Líquidos, serão de responsabilidade do licitante vencedor:

- Fornecer na instalação dos equipamentos as Fichas de Informação de Segurança de Produto Químico - FISPQS de todo e qualquer reagente utilizado nos equipamentos, sendo responsável pelo treinamento dos usuários no que se refere ao conteúdo das mesmas durante toda a vigência desta licitação.
- As orientações formais (documentadas) quanto à disposição dos resíduos sólidos e/ou líquidos gerados pelos equipamentos. As mesmas deverão estar comprovadamente de acordo com normas aplicáveis a cidade do Rio de Janeiro

**Equipamento 2 (auxiliar):** 01 (um) aparelho totalmente automatizado para auxiliar a rotina dos itens do grupo de química clínica de emergência, de dimensões compatíveis com o espaço do laboratório de Imunoquímica, com ISE, velocidade mínima de 390 testes/hora (podendo utilizar as metodologias de reflectometria, diferença de potencial, quimioluminescência e/ou eletroquimioluminescência, imunoturbidimetria, ISE, absorbância, colorimetria e/ou fotometria).

Os reagentes para os equipamentos 1 e 2 citados acima, devem ser de **uso comum** nos dois equipamentos.

O equipamento deverá ser entregue com a nota fiscal do fabricante ou outro documento comprobatório de origem com número de série, data de fabricação, data de registro e caso o equipamento não seja novo deverá ter uma declaração com laudo técnico de período máximo de 02 (dois) anos de uso, comprovando que foram realizadas todas as manutenções previstas e que o equipamento está em perfeito estado de conservação e funcionamento, e que passou por uma revisão geral de manutenção antes de ser instalado no laboratório.

#### EQUIPAMENTO DO ITEM 70:

**A empresa vencedora disponibilizará para uso um total de até 4 (quatro) equipamentos idênticos e/ou alternativa TLR que realizará exames de gasometria, na modalidade de comodato.**

#### Características técnicas:

- O equipamento deverá ter apresentação do fabricante com número de série, data de fabricação, data de registro e caso o equipamento não for novo deverá ter uma declaração com laudo técnico de período máximo de uso de **03 (três) anos de uso**, comprovando que foram realizadas todas as manutenções previstas e que o equipamento está em perfeito estado de conservação e funcionamento, e que passou por uma revisão geral de manutenção antes de ser instalado no laboratório;
- O equipamento deverá ser capaz de analisar e/ou calcular no mínimo os seguintes parâmetros: **ph, pco2, po2, na+, k+, ca++, HCO3-, BE, glicose, lactato, O<sub>2</sub>hb, Hhb, COhb, Methb, tHb, hct e bilirrubina.**
- Os reagentes devem ser em sistema de pack ou cartucho, contendo no **máximo 300 testes por pack.**
- Conter todas as soluções de referência, eletrodos, gases e compartimento para resíduos biológicos de forma hermética, não necessariamente em um único compartimento e ser preferencialmente de armazenamento em temperatura ambiente (economia de energia devido à armazenagem).
- O pack de reagentes deve ter **estabilidade mínima de 21 dias** no equipamento.
- Aspirar amostras em seringas, capilares e tubos.
- Deve haver um **sistema de detecção de coágulo** e ou dispositivo do tipo “cata coágulo” para evitar entupimentos.
- Ter processo de limpeza totalmente automático e programável.
- Possuir calibrações totalmente automáticas e programáveis.
- Possuir controle de qualidade interno sem a interferência do usuário.
- Permitir introduzir a identificação do paciente, operador, tipo de amostra (arterial/venosa/capilar); horário e data.
- Software em português.
- Possuir impressora.
- Permitir controle de qualidade automático e programável em no mínimo 2 (dois) níveis diferentes para cada parâmetro, que deverão ser passados diariamente.

A Contratada deverá, sem ônus para a União:

- Fornecer todos os materiais e acessórios necessários para realização dos testes, tais como: ponteiras, calibradores, controles originais do fabricante em quantidades suficientes para atender aos procedimentos operacionais padrão de controle de qualidade do LAC/HCE, impressora acoplada, cartuchos e/ou toner, papel para impressão de resultados e outros julgados necessários pela equipe técnica para o perfeito funcionamento do equipamento.
- Apresentar um documento do fabricante, informando o tempo de vida útil dos reagentes (período em meses desde a data de fabricação até a data de validade), quando esta informação não estiver disponível no rótulo.
- Fornecer reagentes com, no mínimo, **50% do prazo de validade ou prazo de utilização mínima para 6 (seis) meses.**
- Disponibilizar **“no break” com autonomia mínima de 30 minutos**, estabilizadores e bancadas (mesas) adequadas, para os equipamentos que assim o exigirem, etc.
- Fornecer manual para operação deste equipamento em **português.**
- Substituir possíveis testes perdidos por entupimento do sistema, quando não foi possível a recuperação dentro do tempo máximo de atendimento.
- Colocar os equipamentos interfaceados na rede pré-existente no LAC/HCE. A empresa vencedora deverá fornecer 1 (um) computador, com capacidade operacional compatível com a rotina do setor, destinado exclusivamente ao interfaceamento com o Sistema de Gerenciamento Laboratorial do LAC/HCE (inclusive com o cabeamento necessário).
- Ter cobertura total com seguro contra incêndio e outros sinistros.
- Se responsabilizar pela apanha das amostras, conferência, encaminhamento e devolução dos resultados dos exames em laboratórios de apoio, caso o fornecimento de alguns itens da proposta seja descontinuado de forma provisória ou definitiva.
- **Manter o equipamento em funcionamento**, mesmo após a vigência do contrato, enquanto houver reagentes e insumos no laboratório.

#### 3.6.2 Obrigações da contratada para os equipamentos em comodato dos itens anteriormente citados.

A empresa contratada deverá, sem ônus para a União:

- Fornecer todos os materiais e acessórios necessários para realização dos testes, tais como: ponteiras compatíveis, cubetas, calibradores, controles em quantidades suficientes para atender aos procedimentos operacionais padrão de controle de qualidade do LAC/HCE, impressora a laser, cartuchos e/ou toner, papel para impressão de resultados e outros julgados necessários pela equipe técnica para o perfeito funcionamento do equipamento.
- Fornecer reagentes com, no mínimo, 50% do prazo de validade ou prazo de utilização mínima para 6 (seis) meses.
- Disponibilizar **“no break”** com autonomia mínima de 30 minutos, estabilizadores e bancadas (mesas) adequadas, para os equipamentos que assim o exigirem, etc.
- Realizar a mudança do local de instalação do aparelho caso haja necessidade do contratante.

- Fornecer manual para operação deste equipamento em português.
- Prestar assistência técnica 24 horas, todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, comparecendo ao local de atendimento em até **duas horas após o chamado**. Em caso de o equipamento necessitar de reparo corretivo, o fornecedor terá o prazo máximo de 48 horas para o conserto. Caso não haja reparo o equipamento deverá ser substituído por outro equipamento de iguais condições e adequado para uso do Laboratório em até 7 (sete) dias corridos a partir da data de abertura do chamado.
- Colocar os equipamentos interfaceados na rede pré-existente no LAC/HCE. A empresa vencedora deverá fornecer 1 (um) computador, com capacidade operacional compatível com a rotina do setor, destinado exclusivamente ao interfaceamento com o Sistema de Gerenciamento Laboratorial do LAC/HCE (inclusive com o cabeamento necessário).
- Ter cobertura total com seguro contra incêndio e outros sinistros.
- Se responsabilizar pela apanha das amostras, conferência, encaminhamento e devolução dos resultados dos exames em laboratórios de apoio, caso o fornecimento de alguns itens da proposta seja descontinuado de forma provisória ou definitiva.
- Manter o equipamento em funcionamento, mesmo após a vigência do contrato, enquanto houver reagentes e insumos no laboratório.

3.6.2.1. O licitante vencedor do certame tem 10 (dez) dias corridos, após declarado vencedor, para procurar o gestor do laboratório para manifestar intenção formal de iniciar as adequações identificadas durante a visita prévia (recomendável) e validação dos equipamentos, sendo que todos os custos e ônus desta validação (nas mesmas condições colocadas neste edital) devendo correr por conta da empresa contratada, não incorrendo em ônus algum referente a este processo de validação para o Hospital Central do Exército. Após o recebimento da intenção formal, a equipe técnica do laboratório definirá o prazo para instalação do equipamento.

3.6.2.2. Os equipamentos poderão ficar para teste no Hospital Central do Exército por 15 (quinze) dias sob a análise técnica da equipe deste laboratório, que produzirá um laudo técnico de aprovação ou reprovação.

3.6.2.3. Os produtos deverão possuir registro no Ministério da Saúde.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013, devendo o registro estar válido na data da sessão pública. 4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos (cedidos em comodato para o LAC), inclusive suas partes e acessórios, que cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e possuam o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, quando aplicável (Portaria INMETRO nº 384/2020). 4.1.3. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela legislação sanitária vigente, garantindo a procedência e qualidade dos insumos de anestesia, radiologia e microcirurgia ocular.

4.2. Não será indicada marca ou modelo específico, admitindo-se qualquer produto que atenda às especificações técnicas descritas neste TR e garanta a compatibilidade técnica com os equipamentos de base citados no ETP.

#### Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, caso o pregoeiro solicite, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço: Rua Francisco Manuel 126 - Benfica Rio de Janeiro - RJ -CEP: 20.911-270., no prazo limite de 05 (cinco), dias sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



Subcontratação

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a adjudicatária responder integralmente pela execução e pela manutenção dos equipamentos cedidos.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação (caução) dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de um processo licitatório para aquisição de material por fornecimento imediato/integral a cada empenho.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.14. Do Tratamento Diferenciado para ME/EPP (Lei Complementar nº 123/2006): Não será aplicado para o objeto.

4.15. Justificativa Técnica para o Afastamento da Cota Reservada (LAC): A natureza do objeto envolve a cessão de equipamentos de grande porte (Analisadores de Imunoquímica e Gasometria) em regime de comodato.

4.16. O Art. 40, inciso V, alínea 'b', estabelece que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá abordar, entre outros elementos, as "justificativas para o parcelamento ou não da contratação". A presente justificativa demonstra a inviabilidade técnica do parcelamento.

4.17. O Art. 47, § 1º, da referida Lei, preceitua que "A licitação por itens será utilizada quando o objeto possuir natureza divisível, desde que não haja comprometimento do conjunto ou complexo ou perda de economia de escala". No caso em tela, o parcelamento comprometeria irremediavelmente o "conjunto ou complexo" dos materiais necessários ao procedimento laboratorial, dada a exigência de absoluta compatibilidade e padronização.

4.18. Ademais, o Art. 82, § 1º, da mesma Lei, permite que, "Quando a licitação previr o fornecimento de bens em grupos ou lotes, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço por grupo ou lote", o que se coaduna com a estratégia aqui defendida.

4.19. A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), embora anterior à Lei nº 14.133/2021, corrobora o entendimento de que a adjudicação por item é a regra para objetos divisíveis, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo. A indivisibilidade técnica aqui apresentada configura a exceção que justifica plenamente a aquisição por grupos, tendo em vista que os reagentes agrupados devem ser utilizados nos equipamentos descritos no ETP.

4.20. Portanto, a aquisição por grupos é tecnicamente indispensável para assegurar a padronização e, por conseguinte, a segurança e eficácia dos procedimentos laboratoriais, além de ser economicamente vantajosa ao evitar custos decorrentes de vários equipamentos.

Da Margem de Preferência

4.21. Não será aplicada a margem de preferência (Art. 26 da Lei nº 14.133/2021).

4.22. Conforme demonstrado no ETP, o objeto possui alta criticidade assistencial. A seleção pauta-se na rigorosa análise técnica de desempenho e biocompatibilidade. Em um contexto hospitalar de alta complexidade, a eficiência técnica e a segurança biológica devem prevalecer sobre critérios de fomento industrial que possam preterir a solução de melhor desempenho.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do empenho, em parcela.

5.3.Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Francisco Manuel, 126 - Benfica, Rio de Janeiro - RJ,20911-270.

5.3.1. No caso dos reagentes laboratoriais, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante (50% da data de validade impressa nas embalagens).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

- 5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará o reparo e/ou conserto em até 48 horas ou substituição do equipamento por outro no prazo de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir da data de abertura do chamado.
- 5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.15. Os fornecedores vencedores do certame deverão fornecer, juntamente com o material adquirido, todos os equipamentos indispensáveis à sua correta utilização, em conformidade com as necessidades e exigências dos procedimentos realizados no Hospital do Exército. Ademais, caso este nosocômio considere necessário, os fornecedores deverão disponibilizar instrumentadores especializados, devidamente capacitados, para auxiliar na execução dos procedimentos médicos, garantindo a eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados. O cumprimento dessas exigências será condição essencial para a efetivação do fornecimento e para a adequação dos materiais às especificidades das atividades hospitalares.

#### Hipótese de cabimento utilização de Sistema de Registro de Preços

- 5.16. As hipóteses de cabimento a que se enquadram a adoção da SRP para o presente processo licitatório são as seguintes do artº 3 do Decreto 11.462 /23:
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato (entendido aqui como a relação jurídica formalizada pela Nota de Empenho para os materiais de consumo e pelo Termo de Contrato de Comodato para os equipamentos do LAC) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Hospital e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Hospital poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de urgência (prazo de 2h) ou falha técnica dos equipamentos cedidos em comodato.
- 6.5. Após a retirada da Nota de Empenho ou assinatura do Termo de Comodato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto (fluxo de entrega), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

#### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados em Boletim Interno.

#### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração e conferindo a qualidade dos reagentes e o perfeito funcionamento dos equipamentos em comodato.
- 6.8. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas (risco de desabastecimento), o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da vigência da Ata ou do Contrato de Comodato, com vistas à renovação tempestiva ou nova licitação.

#### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias (se houver), as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado.

#### Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução, alterações e prorrogações.
- 6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais e informar à autoridade superior situações que ultrapassem sua competência.
- 6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação para fins de empenho e pagamento, anotando problemas que obstem o fluxo normal da liquidação no relatório de riscos.
- 6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas.
- 6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções (Art. 158 da Lei nº 14.133/2021).
- 6.16.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação e melhorias para a Administração.
- 6.16.7. Enviar a documentação ao setor de finanças para liquidação e pagamento, nos valores dimensionados pela fiscalização.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração (ex: **cancelamento de cirurgias ou interrupção de internações**) ou ao funcionamento dos serviços públicos;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega (**descumprimento dos prazos de entrega dos reagentes, controles, calibradores, consumíveis em geral e assistência técnica em 2 horas**) sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação ou declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado as seguintes sanções:

- **7.2.1. Advertência:** Quando der causa à inexecução parcial, se não se justificar penalidade mais grave.
- **7.2.2. Impedimento de licitar e contratar:** Para as condutas "b", "c" e "d", se não se justificar inidoneidade.
- **7.2.3. Declaração de inidoneidade:** Para as condutas "e" a "h", ou "b", "c" e "d" que justifiquem gravidade máxima.

**7.2.4. Multa:**

- **7.2.4.1. Moratória (Atraso na Entrega):** Para a infração "d", de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (item de consumo + impacto do comodato vinculado), até o limite de 30 dias.
- **7.2.4.2. Compensatória (Inexecução Total):** Para a infração "c", de **10% a 30%** do valor da contratação.
- **7.2.4.3. Compensatória (Grave Dano Assistencial):** Para a infração "b", especialmente em casos de **atraso que resulte no cancelamento de cirurgias de urgência ou eletivas agendadas**, de **10% a 30%** do valor da parcela ou do contrato, dada a criticidade do serviço de saúde.
- **7.2.4.4. Compensatória (Inexecução Parcial Simples):** Para a infração "a", de **1% a 10%** do valor da contratação.

**7.2.4.5. Cláusula Específica de Comodato e Compatibilidade (LAC):** Considera-se inexecução parcial ou mora, sujeita às multas deste item:

- I - A entrega do material de consumo (ex: **reagentes**) sem o respectivo equipamento em comodato (**Analisadores**) necessário à sua utilização;
- II - A entrega de equipamentos em condições impróprias (quebrados, sem calibração válida ou oxidados);
- III - A entrega de insumos **incompatíveis** com o console cedido, impossibilitando o procedimento laboratorial.

7.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Hospital.

7.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

7.5. Se a multa for superior ao valor do pagamento devido, a diferença será cobrada judicialmente ou descontada de créditos futuros.

7.6. O processo sancionador observará o contraditório e a ampla defesa (Art. 158 da Lei nº 14.133/2021). As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços informados na proposta/SICAF, considerados de uso contínuo da empresa.

7.7. Na dosimetria das sanções, serão considerados a gravidade da infração, os danos à assistência aos pacientes e as circunstâncias agravantes.

7.8. O Contratante informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções no **CEIS, CNEP e SICAF** no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### RECEBIMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5(cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

##### **REAJUSTE**

8.29. Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados pelo índice *IPCA*, via apostilamento, conforme o Art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO e/ou ITEM (quando avulso).

#### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será único.

## Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valor do Grupo: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência, e ITEM avulso.

## Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os requisitos constantes nos itens 9.5 a 9.33 (Habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Econômico-Financeira), conforme a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

### Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo órgão sanitário do Município ou Estado onde for domiciliada a licitante, devidamente válido, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; e da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA nº 016, de 1º de abril de 2014, quando aplicável.

9.13.1. No caso da Autorização encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a respectiva Autorização de Funcionamento em renovação acompanhada da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido na RDC nº 016, de 1º de abril de 2014.

9.14.As empresas localizadas fora do território nacional não são obrigadas a apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, , índices de Liquidez Geral (LG), para cada exercício Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos [A10] acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica (Especificidade do Processo)

9.31. Além das certidões de praxe, a licitante deverá apresentar:

- 9.31.1. Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA, válida para as atividades de comercialização e distribuição de produtos para saúde (correlatos).
- 9.31.2. Licença Sanitária estadual ou municipal vigente.
- 9.31.3. Certidão de Regularidade Técnica (CRT) atualizada, emitida pelo Conselho Profissional competente (CRF ou similar).

9.32. Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica equivalente ao objeto.

- 9.32.1. Para os itens de Oftalmologia, o atestado deve contemplar a experiência no fornecimento de OPME cirúrgico, preferencialmente envolvendo logística de entrega sob demanda e suporte tecnológico.

9.33. Compromisso de Manutenção e Treinamento: A licitante vencedora dos itens com comodato deverá declarar que possui capacidade técnica para realizar a manutenção preventiva/corretiva dos aparelhos e fornecer o treinamento necessário à equipe do LAC, sem ônus para a Administração.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 10. ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

10.1. Com base nos estudos técnicos realizados e no levantamento de mercado efetuado (utilizando a mediana e/ou média do Painel de Preços e cotações diretas com fornecedores), foi constatado que a aquisição de reagentes para o Laboratório de Análises Clínicas possui uma estimativa de valor total para 12 (doze) meses de **R\$ 2.710.874,00 (dois milhões, setecentos e dez mil, oitocentos e setenta e quatro reais )**.

#### 10.2. Da Gratuidade do Comodato (Sem Ônus)

10.2.1. Quanto aos equipamentos de alta tecnologia necessários à aplicação dos reagentes para o LAC, estes deverão ser disponibilizados pela Contratada em regime de COMODATO (Cessão Gratuita Temporária).



10.2.2. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento de locação, aluguel, taxa de manutenção, calibração ou qualquer outra contraprestação financeira por parte da Administração pelo uso desses equipamentos.

10.2.3. O fornecimento dos equipamentos sem ônus e em perfeita compatibilidade técnica é condição *sine qua non* para a habilitação técnica e aceitação da proposta, devendo a licitante absorver os custos logísticos, de manutenção e de depreciação desses ativos dentro de sua estratégia comercial de fornecimento dos insumos.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

*Rio de Janeiro, 04 de maio de 2026.*

## 13. ANEXO I

### 13. REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

Não se aplica - Há minuta de contrato juntada aos autos.

## 14. ANEXO II

### 14. TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica - Minuta nos autos.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HUDSON GOUVEIA AMSTALDEN**

Chefe do LAC



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 22:05:43.*

**VIVIANE ARANTES PERRUT**

Adjunto LAC



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 21:42:32.*

**SUELEN ORTMAN GUSMAO FREITAS**

Adjunto do LAC



*Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 21:59:30.*



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML - 1ªRM

**HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**  
**(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)**

**CONTRATO DE COMODATO**

**Anexo V**

**Pregão Eletrônico nº 90062/2026**  
(Processo Administrativo nº64574.009343/2026-65)

**MINUTA**

**COMODATÁRIA:** União Federal/Ministério da Defesa/  
Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército.

**COMODANTE:**

**OBJETO:** Aquisição de materiais de consumo para a  
Imunoquímica e Gasometria com cessão de equipamentos  
em comodato.

**NATUREZA:** ostensivo

**ATA DO PREGÃO:** Nº \_\_\_\_\_, Grupo/ Item \_\_\_\_\_

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, situado na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, inscrito no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, Órgão do Ministério da Defesa, representado neste ato pelo CORONEL LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, Ordenador de Despesas, doravante denominado COMODATÁRIA, e a \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, doravante designada COMODANTE, neste ato representada por seu Preposto, o (a) Sr. (Sra.) \_\_\_\_\_, CI nº \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 14.133/2021; Código Civil Brasileiro; Portaria Ministerial nº 305, de 24 maio 95, e demais cominações legais e pelas condições previstas no Pregão nº 90076/2025, HCE, mediante as cláusulas e condições seguintes, ajustam a execução do presente Contrato de Aquisição de materiais de consumo para a Imunoquímica e Gasometria com cessão de equipamentos em comodato, que possua as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Para utilização no EQUIPAMENTO, o COMODATÁRIO, obriga-se a adquirir os produtos constantes da proposta comercial da COMODANTE, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e da Ata de Registro de Preços \_\_\_\_obedecidas às condições estipuladas na proposta de preços.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO e DO COMODANTE**

Para utilização do(a)/no(a) equipamento ou do(a)/no(a) xxxxxxxxxxxxxx (expor o bem objeto de comodato), o COMODATÁRIO, obriga-se a adquirir os produtos constantes da proposta comercial da COMODANTE, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e da Ata de Registro de Preços \_\_\_\_/\_\_\_\_obedecidas às condições estipuladas na proposta de preços.

Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo no xxxxxxxxxxxx, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, que ficarão a cargo da COMODANTE.

O(s) xxxxxxxx (mencionar o objeto do comodato) disponibilizado(s) permanecerá(ão) sendo de exclusiva propriedade da COMODANTE, e serão entregue(s) ao COMODATÁRIO, o qual não poderá vende -lo(s); caucionado(s); cedido(s); onerado(s), de qualquer forma, alienado(s); ou alugado(s) a terceiros.

Cuidar para que o(s) xxxxxxxx seja(m) utilizado(s) de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento (se existir treinamento) e constantes do manual de operações e deverão ser utilizados pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no termo de referência e no instrumento de comodato, qual seja.

Não poderá o COMODATÁRIO fazer qualquer alteração ou conserto no(s) xxxxxxxxxxxx, sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente, em caso de se verificar tal possibilidade.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_, data de término de vigência da Ata de Registro de Preços \_\_\_\_/\_\_\_\_, ou enquanto permanecerem em estoque no xxxxx os produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO, podendo ser rescindido antes, desde que a Ata de Registro de Preços seja igualmente rescindida.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste contrato deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente contrato de comodato e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em juízo, no foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, na presença das testemunhas abaixo, rubricadas as páginas precedentes para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Permanecem aplicáveis ao presente contrato às cláusulas do Edital, do Termo de Referência e de todos os anexos do Edital que não sejam incompatíveis com o presente negócio jurídico.

Rio de Janeiro, RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

---

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CORONEL  
Ordenador de Despesas  
COMODATÁRIA

---

NOME DA EMPRESA. **NOME DO REPRESENTANTE**  
Cargo/função  
CPF/MF nº.  
COMODANTE

#### **TESTEMUNHAS:**

*(Fiscais de Contrato nomeados em Boletim Interno)*

---

TESTEMUNHA 1– P/G CPF:

---

TESTEMUNHA 2– P/G CPF:



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO CML - Iª RM  
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO  
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR-1769)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O **HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**, com sede na Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo **Ordenador de despesas**, nomeado pelo Boletim Interno nº

, inscrito(a) no CPF sob o nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/XXXX, processo administrativo n.º **64574.009343/2026-65** – HCE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº ...../20..*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid Valor Un	Prazo
X	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	a de Mínima	garanti a ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

### 4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## Anexo

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	<b>Fornecedor</b> ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
do								
TR								
	Especificação	<i>Marca</i>  ( <i>se exigida no edital</i> )	<i>Modelo</i>  ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade
X								

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )					
X	Especificação	Máxima	Quantidade	Unidade	Valor Un	Prazo
	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)	Mínima			a ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO MILITAR DO LESTE  
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR  
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO  
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)  
Processo Administrativo nº **64574.009343/2026-65**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E  
.....

A União por intermédio do Hospital Central do Exército, com sede na Rua Francisco Manoel 126 - Benfica, na cidade de Rio de Janeiro/ RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]** OU **[procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **64574.009343/2026-65** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 90062/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Reagentes Imonoquímica, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação: Itens listados no Termo de referência.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.3.1. O Termo de Referência;
  - 1.3.2. **O Edital da Licitação;**
  - 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
  - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. **O prazo de vigência da contratação é de 12 ( doze ) meses contados do(a) partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
  - 2.1.1. **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **5 ( cinco ) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **10 ( dez ) dias**;

8.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de



cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

9.16. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

9.17. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*

9.18. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.20. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.21. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 13.1.2. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*
- 13.2. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021 **[Local], [dia] de [mês] de [ano]**.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**